

No Buriti, apelo à intervenção

Os pais de alunos de escolas particulares de Brasília pediram ontem ao governador Joaquim Roriz que use a Constituição e decrete a intervenção administrativa nos estabelecimentos de ensino que iniciaram, na última sexta-feira, um movimento de paralisação das atividades, usado como instrumento político de pressão para conseguir a revisão de mensalidades cobradas por 16 das mais de 100 escolas do DF.

Roriz recebeu os representantes da Associação de Pais de Alunos do DF, Luis Cassemiro e Omar Abudd, que lhe entregaram uma carta onde solicitam o emprego do inciso XXV do Artigo 5º da Constituição Federal, "de forma a garantir o sagrado direito à educação de nossos filhos". Os pais tiveram sua posição reformulada pouco antes, quando reuniram-se com o procurador da República João Batista de Almeida, que garantiu não haver qualquer exigência jurídica para o governador determinar a intervenção.

DECISÃO POLÍTICA

Na Procuradoria Geral da República, os representantes dos pais ouviram João Batista de Almeida afirmar que a intervenção administrativa dependia exclusivamente de uma decisão política de Joaquim Roriz, já que a medida pode ser adotada através de decreto, pois a Constituição, neste artigo específico, legitima a ocupação de uma propriedade privada e a utilização de suas instalações, equipamentos e móveis, em caso de interrupção de serviços essenciais para a comunidade.

O governador, no caso, sequer necessitaria iniciar uma ação judicial

para implementar a intervenção administrativa, ironizada nos últimos dias pelo presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular (Sinep), Jaime Zveiter.

Cassemiro, no encontro, reiterou ao governador os termos da carta que lhe entregou pessoalmente, expressando a posição dos pais de alunos. "Desde o último dia 13, as escolas particulares do DF estão paralisadas ilegalmente, em solidariedade à prática de um ato ilegal do diretor do Colégio Minas Gerais, preso em flagrante delito pela Polícia Federal quando cobrava mensalidade escolar em valor acima do permitido pela resolução do Conselho de Educação do DF, que cumpriu liminar concedida pela 3ª Vara de Justiça Federal", ressalta o início da correspondência.

O presidente da Associação de Pais de Alunos do DF considera "inadmissível" que os filhos de cerca de 30 mil famílias da cidade sejam prejudicados pelo "capricho" de cem proprietários de estabelecimentos de ensino particular, "que teimam em descumprir a lei e cujo presidente do sindicato está respondendo a inquérito na Polícia Federal, por incitamento público à desobediência das leis", referindo-se a Jaime Zveiter.

LEI DESCUMPRIDA

"A lei está sendo descumprida e essa paralisação das escolas intenta ser fator de pressão sobre as autoridades em geral, para que decisões já tomadas formalmente sejam quebradas e, mais que isso, para que as escolas possam cobrar dos pais de alunos livremente os preços que desejarem", finalizou Cassimiro.

MARCO ANTONIO



Cassemiro entrega a Roriz o documento dos pais solicitando a intervenção